

# Introdução

Percepcionados como controversos desde as suas próprias épocas, as figuras e os reinados de D. Sebastião e de D. Henrique carecem de um maior aprofundamento, não apenas no prisma do Reino mas, talvez e sobretudo, no do Império. Tendencialmente encarados pelos epílogos dos seus reinados, considerados como pouco brilhantes, no caso sebástico devido ao desastre político-militar de Alcácer-Quibir e no henriquino devido à ausência de uma decisão clara relativa aos pretendentes à sucessão, no estudo dos governos de D. Sebastião e de D. Henrique cruzam-se dinâmicas políticas, militares, sociais, económicas e culturais nem sempre devidamente aprofundadas. Se em termos globais se poderá afirmar que as trajectórias e os reinados de ambos são bem conhecidos, não deixa de ser verdade que o peso das imagens com que passaram à História os dois últimos monarcas da dinastia de Avis acabou por condicionar as respostas dadas às áreas menos conhecidas dos seus reinados.

No caso de *o Desejado*, a obsessão norte-africana que evidenciou nos anos finais do seu reinado até ao epílogo de 1578, teve, entre múltiplas implicações, a de que não fosse dado o devido realce às restantes parcelas do Império (Brasil e Estado da Índia). Considerando-se o reinado como marcado por um crescente declínio nos domínios político, económico e financeiro, as dinâmicas ultramarinas do período acabaram por ser naturalmente abrangidas por essa interpretação. Tal declínio era salientado na crescente perda de autonomia política e diplomática na Europa hegemónica por Filipe II, nas divisões políticas no seio da família real, nas dificuldades financeiras em fazer face aos gastos cada vez mais elevados da corte e em manter estruturas de defesa, no Reino e no Império, adequadas aos desafios. Seguindo tal perspectiva, as dificuldades sentidas no Reino teriam tido o seu reflexo no Império, também em processo de crescente declínio, sobretudo na Ásia Portuguesa onde a abertura ao comércio privado era considerada como o sinal das dificuldades, senão mesmo do seu abandono.

Poderá, no entanto, efectivamente afirmar-se que o reinado sebástico foi uniforme e linearmente marcado por essa obsessão norte-africana, sobretudo considerando as três fases políticas distintas que abarcou (regência de D. Catarina, regência de D. Henrique e governo de D. Sebastião)? Tivera a existência dessa obsessão, sobretudo no período de governo sebástico, como consequência o desinteresse da Coroa pelas restantes parcelas do Império? Se aparentemente a resposta a estas interrogações é negativa, considerando o conhecido impulso de aprofundamento da presença portuguesa no Brasil,<sup>1</sup> através do intenso combate à presença francesa, e a aposta da Coroa em Angola e no Monomotapa, é ainda necessário particularizar melhor as conjunturas. Tal implica reflectir sobre o seu significado geral no âmbito do reinado e, sobretudo, equacionar em que medida tais políticas se coadunam com as imagens tradicionalmente veiculadas.

Já no atinente ao breve reinado do cardeal-rei, se por um lado a cadência e a gravidade dos acontecimentos da crise sucessória, as dificuldades financeiras e as múltiplas consequências de Alcácer-Quibir explicam a manutenção da ideia de declínio, por outro lado não deixa de ser verdade que se ignoram os principais acontecimentos políticos-militares registados no Império, excepto no Norte de África. Salientando-se as implicações da decisão henriquina de não deixar formalmente nomeado nenhum sucessor, pouco se questionou sobre se o cardeal-rei tivera políticas relativas ao Império. Chegara D. Henrique a ter ocasião de gizir uma estratégia para enfrentar as ameaças sentidas na Europa e que se repercutiam no Império? Que papel desempenhara o Estado da Índia, tão cobiçado e ameaçado pelas pretensões castelhanas e francesas, durante o seu breve reinado? Em que medida os acontecimentos ali registados foram consonantes com os sucedidos no Reino e no restante Império?

Desta forma, queda ainda por determinar no Império, tal como em boa medida já foi realizado para o Reino, quais as áreas em que os períodos de D. Sebastião e D. Henrique se afiguraram como períodos de transição entre as dinâmicas joaninas e as filipinas. Teriam, de facto, as políticas seguidas pela Coroa naquela época preparado a lógica de territorialização no Estado da Índia e no Brasil, que viria a consumir-se plenamente durante o período dos Áustrias? Qual a exacta contextualização política das opções tomadas? De que forma essas opções condicionaram acontecimentos posteriores, já do período da união dinástica? Mas, talvez a questão mais pertinente seja a de saber em que medida tais políticas foram

---

<sup>1</sup> Cf. nota 43.

modernizantes e se coadunam com as imagens de declínio normalmente associadas ao período.

Sendo uma personalidade conhecida de todos quantos cruzam os reinados de *o Desejado* e do cardeal-rei ou o Estado da Índia na segunda metade do século XVI, um estudo sobre D. Luís de Ataíde afigura-se como uma possibilidade de reabrir o debate em torno de algumas destas questões. Bastante referido pelo seu primeiro governo asiático, decorrido entre 1568 e 1571, em que foi o responsável pelo desfecho bem-sucedido dos cercos de Goa e Chaul, em 1570-1571, Ataíde assegurou, por essa via, o seu lugar destacado no reinado de D. Sebastião e na própria História. Este aspecto foi visível no facto de, ainda em vida, ter assistido à implantação da imagem de vice-rei restaurador.

Sem prejuízo desta asserção, porém, a verdade é que o fidalgo, fruto do interesse posterior que espoletou, não deixou indiferente um conjunto de cronistas e de historiadores. Estes, consoante as épocas em que escreveram, encararam D. Luís como um dos poucos homens que poderiam ter ajudado a evitar, caso as circunstâncias o tivessem permitido, o desastre de Alcácer-Quibir.<sup>2</sup>

Se, por um lado, por ser bastante mencionada a sua actuação «restauradora» na Ásia durante o reinado de D. Sebastião e, por outro lado, por ter sido alvo de um processo de mitificação da sua figura e da sua acção, um conjunto de outros aspectos, relacionados com a historiografia que se debruçou sobre D. Luís, evidenciam a necessidade de equacionar uma revisitação da figura. A tal revisitação não poderão ser indiferentes algumas das principais problemáticas enunciadas, embora estas necessitem de ser cruzadas com as oriundas dos estudos realizados em torno de Ataíde.

No início do século XX, a percepção de uma personagem subaproveitada, quando cruzada com o retrato de um vice-rei excepcional, explicava que a sua figura permanecesse mais como uma referência no reinado de D. Sebastião, assaz conhecida na generalidade, mas acerca da qual, na realidade,

---

<sup>2</sup> Assim o referem cronistas ainda em Quinhentos (cf. *Jornada del-rei dom Sebastião a África. Crónica de dom Henrique*, edição de Francisco de Sales Loureiro (Lisboa: INCM, 1978), cap. XI; *Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*, edição de Fernando Colapéz e Júlio da Conceição Pedro (Lisboa: Livro Aberto, 2004), 14. No século XVII, tal afirmação foi feita ainda com mais veemência por outro biógrafo do vice-rei: Joseph Pereira de Macedo (cf. Joseph Pereira de Macedo, *Vida del Grande D. Luis de Attayde, tercer conde de Atougvia y Virrey de la India dos vezes* (Madrid: Imprensa do Reino, 1633), 161.

pouco se sabia.<sup>3</sup> Foi nesta lógica que, em 1984, Manuel Marques Duarte ao publicar a edição fac-similada da *História da Índia no tempo em que a governou o visorei D. Luís de Ataíde*, da autoria de António Pinto Pereira e referente ao primeiro governo asiático do fidalgo, almejou convocar a atenção para o necessário aprofundamento da personagem e do seu biógrafo.<sup>4</sup>

Em sua opinião, tal impunha-se não apenas devido ao interesse em estudar as múltiplas problemáticas do primeiro vice-reinado de Ataíde, mas ainda em função da sua importância no reinado de D. Sebastião, enquanto general nomeado que fora, em 1577, para a projectada expedição contra Marrocos. No entanto, a sua afirmação era igualmente válida para o período da transição dinástica, por existir referência de que D. Luís teria, durante o seu segundo vice-reinado da Índia, decorrido entre 1578 e 1581, apoiado as pretensões ao trono de D. António, Prior do Crato,<sup>5</sup> contra Filipe II.<sup>6</sup> Segundo se dizia, desde tempos quase imemoriais, sem qualquer investigação efectuada nesse sentido, o autor reteria que se atribuía a Ataíde a intenção de arregimentar um exército na Ásia com o qual viria socorrer D. António, em Portugal.<sup>7</sup> Esta ideia surgia associada a uma outra de capital importância: a de que o fidalgo, caso não tivesse sido indigitado vice-rei, em 1577, e por conseguinte sido afastado do Reino, poderia ter liderado as forças portuguesas contra a invasão do 3.º duque de Alba, em 1580.<sup>8</sup>

---

<sup>3</sup> Cf. Maria Ribeiro Arthur, «D. Luiz de Athayde», *Occidente*, XXI (1898), 82-83 republicado em *D. Luís de Ataíde, Conde de Atouguia: último dos grandes vice-reis da Índia*, edição da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, s.d., onde é afirmado que o fidalgo, na batalha de Muhlberg de 1547, combatera ao lado do duque de Saxónia e não de Carlos V como aconteceu (Cf. *Idem*, 1).

<sup>4</sup> Cf. Manuel Marques Duarte, «Conclusão», in António Pinto Pereira, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei D. Luís de Ataíde*, introdução de Manuel Marques Duarte (Lisboa: INCM, 1984), 91-92.

<sup>5</sup> Cf. Manuel Marques Duarte, «A vida de D. Luís de Ataíde à luz da historiografia portuguesa», in António Pinto Pereira, *História da Índia...*, 36.

<sup>6</sup> Ao longo de todo o trabalho far-se-á a distinção entre o candidato Filipe II e o monarca D. Filipe I, considerando-se que, cronologicamente, Filipe II só passou a ser D. Filipe I a partir do seu juramento nas Cortes de Tomar de Abril de 1581.

<sup>7</sup> A primeira referência conhecida é de Maria Arthur Ribeiro, em 1898, quando afirmou que «Correra o boato de que D. Luiz d'Athaide, preparando uma esquadra, pedira o auxílio da França e da Inglaterra para vir expulsar o governo hespanhol» (cf. Maria Arthur Ribeiro, «D. Luiz...», 3-4.), sendo posteriormente assumido que seria em apoio do Prior do Crato (cf. *Nobreza de Portugal e do Brasil*, edição de Afonso Zúquete. Vol. II. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960), 333; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*. Vol. III. (s. l.: Editorial Verbo, 2001), 143.

<sup>8</sup> Cf. Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz, «A União Ibérica e o mundo atlântico. 1580 e o processo político português», in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana* (Lisboa: Edições Colibri, 1997), 50.

A primeira afirmação parecia, à primeira vista, ser corroborada pelo cronista Diogo do Couto (v. 1542-1617). O cronista de *Da Ásia* referia que Filipe II, ao nomear D. Francisco Mascarenhas, 1.º conde de Vila da Horta, como vice-rei da Índia, em 1581, tendo em conta o seu receio de que, no contexto da disputa dinástica, o Estado da Índia não jurasse a sua realeza, lhe entregou poderes especiais. Entre estes encontrar-se-iam não só cartas assinadas em branco por Filipe II para o vice-rei preencher com mercês à fidalguia mais reticente em aceitar a sua realeza, mas também uma patente secreta, que D. Francisco Mascarenhas deveria entregar em pessoa a D. Luís de Ataíde. Nesta o monarca promoveria o então 3.º conde de Atouguia a 1.º marquês de Santarém, desde que Ataíde o aceitasse jurar como soberano legítimo.<sup>9</sup> A ter ocorrido nos moldes descritos, tal titulação catapultava D. Luís para o estatuto de um dos maiores aristocratas do nascente Portugal filipino. Todavia, também nesta importante temática, não foi realizada qualquer prospecção.

Deste modo, o objectivo idealizado por Manuel Marques Duarte não se concretizou visto não ser atribuída a Ataíde relevância suficiente que justificasse uma investigação mais detalhada. Tal decorreu do facto de as múltiplas referências ao nome do fidalgo em historiografia diversa da que estudou, de uma forma genérica, o Estado da Índia no século XVI<sup>10</sup> ou o reinado de D. Sebastião<sup>11</sup> não facilitarem um estudo detalhado. O mesmo ocorreu com as crónicas deste reinado,<sup>12</sup> todas com abundantes referências

<sup>9</sup> Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia* (Lisboa: Livraria San Carlos, 1974), X, i, 9.

<sup>10</sup> Como os trabalhos de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan* (Madrid: Editorial Mapfre, 1992), 301-319, de Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma História Política e Económica* (Lisboa: Difel, s.d.), 70-206, de Anthony Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. Vol. II (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009), 119-165, e mais recentemente os publicados in João Paulo Oliveira e Costa, coord., *História da Expansão e do Império Português* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014).

<sup>11</sup> Com especial destaque para as três biografias do monarca. Cf. José Maria de Queirós Veloso, *D. Sebastião... 1554-1578* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935); Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião* (s.l.: Círculo de Leitores, 2006); Antonio Villacorta Baños-García, *D. Sebastião, rei de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006). Em todas elas, a importância da figura de Ataíde surge associada não apenas aos governos da Índia, mas também à questão norte-africana.

<sup>12</sup> Quer com as quinhentistas já citadas (cf. *Jornada de África del Rey...; Jornada d'el Rey D. Sebastião...*) e noutras como a do padre Amador Rebelo, *Relação da vida d'elrey D. Sebastião*, leitura, introdução e notas de Francisco de Sales Loureiro (Lisboa: separata da *Revista da Faculdade de Letras*, 1977) ou a de Pero Roiz Soares, *Memorial*, ed. M. Lopes de Almeida (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1953), quer nas setecentistas (cf. D. Manoel Menezes, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, decimosexto rey de Portugal* (Lisboa Occidental: na Officina Ferreyriana, 1730); padre José Pereira Bayão, *Portugal cuidado e lastimado com a vida, e perda do senhor Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria*

ao fidalgo. Assim, após o apelo de Manuel Marques Duarte, e novamente em virtude do seu primeiro governo da Índia, em 1992, procedeu-se a nova análise mais fundamentada.

Vítor Rodrigues e João Paulo Oliveira e Costa dedicaram então algumas páginas ao estudo do contexto da nomeação do fidalgo, em 1568, e ao seu primeiro governo vice-real,<sup>13</sup> numa obra que traçava as linhas mestras das principais dinâmicas do Estado da Índia no século XVI. Já em 1993, Belmiro Fernandes Pereira examinou a divulgação europeia dos acontecimentos associados ao primeiro governo de D. Luís.<sup>14</sup> Mais recentemente, em 2012, o primeiro vice-reinado de Ataíde foi revisitado por J. Semedo de Matos.<sup>15</sup>

Afastados das considerações dos estudos que dedicaram atenção a Ataíde ficaram outros aspectos não menos relevantes. Entre estes, um prende-se com a evolução da Casa de nobreza da qual provinha: a Casa de Atouguia. Casa com uma história peculiar por ter detido o título condal, originalmente atribuído por D. Afonso V, em 1448, e o ter perdido, já durante o reinado de D. Manuel I, para o recuperar de forma definitiva precisamente com D. Luís de Ataíde durante o reinado de D. Sebastião, e ainda devido à questão já referida da concessão do marquesado de Santarém. Um segundo aspecto, insuficientemente explorado, prende-se com o enquadramento da vida e da carreira do fidalgo antes de ser nomeado vice-rei da Índia, em 1568. Na realidade, os dados mais conhecidos do seu percurso, como a sua passagem pela Ásia entre 1538 e 1542, a sua presença no Norte de África durante a difícil década de 1540 ou a sua importante nomeação como embaixador extraordinário junto de Carlos V, por ocasião da batalha de Mulhberg, em 1547, tenderam a ser mencionados de forma passageira. Não obstante essas referências surgirem

---

(Lisboa Occidental: na Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1737); Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo delrey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portuguezes*. 4 tomos. (Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736-1757). Frei Manoel dos Santos, *Historia Sebastica* (Lisboa Occidental: Na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1735). Sobretudo as crónicas do século XVIII contêm documentação publicada, de outra forma desconhecida, de relevante importância para o estudo da carreira de Ataíde.

<sup>13</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, *El proyecto...*, 301-319.

<sup>14</sup> Cf. Belmiro Fernandes Pereira, «A fama portuguesa no ocaso do Império: a divulgação europeia dos feitos de D. Luís de Ataíde» em *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Actas do Congresso Internacional* (Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993), 47-82.

<sup>15</sup> Cf. J. Semedo de Matos, «A marinha de D. Sebastião (26) – O Vice-Rei D. Luís de Ataíde», *Revista da Armada*, n.º 459 (Janeiro de 2012), 17.

em cenário de enquadramento dos factos mais conhecidos na carreira de D. Luís, devem suscitar uma análise mais aprofundada. Em causa está a tomada em consideração da condição social que o nascimento impôs ao fidalgo, e as consequências que esta acarretava em qualquer sociedade de Antigo Regime: a nobreza.

Regressando à forma como Ataíde tendeu a ser estudado, importa realçar que, apesar do seu primeiro governo da Índia ter sido considerado, desde o estudo de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, como de fundamental importância para a compreensão das dinâmicas político-militares do Estado da Índia no reinado de D. Sebastião, a sua acção como vice-rei não foi, naquela sequência, objecto de uma prospeção mais detalhada. O artigo de Luís Filipe Thomaz sobre a crise político-militar de 1565-1575<sup>16</sup> e os diversos estudos publicados a partir da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, muitos deles passando cronologicamente pelos triénios vice-reais do fidalgo, acrescentaram, no entanto, importantes dados para o conhecimento dos seus períodos de governo.

A investigação para as cronologias de governo de D. Luís centrou-se na área económico-financeira,<sup>17</sup> na vertente da Carreira da Índia,<sup>18</sup> na problemática militar,<sup>19</sup> nas dinâmicas políticas,<sup>20</sup> na temática reli-

---

<sup>16</sup> Cf. Luís Filipe Thomaz, «A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», *Mare Liberum*, n.º 9 (Junho de 1995), 481-519.

<sup>17</sup> Para o prisma económico-financeiro vejam-se os contributos na esteira dos trabalhos de Artur Teodoro de Matos, *O orçamento do Estado da Índia 1571* (s. l.: CNCDP, 1999) e *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588. Estrutura Administrativa e Económica. Alguns Elementos para o seu Estudo* (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982), de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 4 vols. (Lisboa: Editorial Presença, 1982-1984); *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635). Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle* (Paris: FCG/Centro Cultural Português, 1982), de Pius Malekandathil, *Portuguese Cochim and the Maritime Trade of India 1500-1663*, (s. l.: Manohar, 2001) e de Susana Miranda, «A administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)» (dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2007).

<sup>18</sup> Cf. Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote e António Lopes, *Naufrações e outras perdas da «Carreira da Índia». Séculos XVI e XVII* (Lisboa: CNCDP, 1998); Rui Landeiro Godinho, *A carreira da Índia. Aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649)* (Lisboa: Fundação Oriente, 2005).

<sup>19</sup> Cf. Vítor Rodrigues, «A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)» (trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa: IICT, 1998); Vítor Rodrigues, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: aspectos da organização militar da capital do «Estado da Índia»*, separata da *Revista Militar* (Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia/IICT, 2001); José Alberto Leitão Barata, *Os Senhores da Navegação. O domínio português dos mares da Ásia por meados do século XVI* (Cascais: Câmara Municipal, 2003); mais recentemente Andréa Doré, *Si-*

giosa<sup>21</sup> e nos diferentes contributos para o conhecimento detalhado da história regional de diferentes áreas do Estado da Índia.<sup>22</sup>

Foi, assim, no âmbito do crescente fortalecimento da linha de estudos de História Social da Expansão a que se assistiu durante a década de 1990, iniciada com o trabalho de Luís Filipe Thomaz e Geneviève Bouchon,<sup>23</sup> e posteriormente reforçada por Kenneth MacPherson e Sanjay Subrah-

---

*tiados: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)* (São Paulo: Alameda, 2010). Neste âmbito se inclui ainda a dissertação de doutoramento, em preparação, de João da Silva de Jesus, sob orientação de João Paulo Oliveira e Costa, subordinada ao título «Os capitães de fortaleza do Oriente, 1568-1664».

<sup>20</sup> Cf. Catarina Madeira Santos, «Goa é a chave de toda a Índia». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)* (Lisboa: CNCDP, 1999); Ângela Barreto Xavier, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008); Ana Cláudia dos Santos Joaquim, «As Vias de Sucessão no Estado Português da Índia» (dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2014).

<sup>21</sup> Cf. José Alberto Tavim, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)* (Braga: Edições da APPACDM, 2003) e o recente trabalho de Ângela Barreto Xavier (Cf. nota anterior).

<sup>22</sup> Para Malaca e as Molucas, cf. Jorge Manuel dos Santos Alves, *O Domínio do Norte de Samatra. A História dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)* (Lisboa: SHIP, 1999); Paulo Pinto, *Portugueses e Malaio. Malaca e os Sultanatos de Jobor e Achém 1575-1619* (Lisboa: SHIP, 1997); Paulo Pinto, «No extremo da Redonda Esfera – Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565-1640 – um ensaio sobre os impérios ibéricos» (dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica, 2010); Manuel Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605* (Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1999); Manuel Lobato, «Comércio, conflito e religião. Portugueses e espanhóis nas ilhas Molucas entre 1512 e 1618. Contribuição para o estudo da presença europeia na Insulíndia na Época dos Descobrimentos» (trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa: IICT, 2003). Para o Sueste Asiático, cf. Maria da Conceição Flores, *Os Portugueses e o Sião no Século XVI* (Lisboa: CNCDP/INCM, 1995); Maria Ana Marques Guedes, *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca 1589-1630* (s. l.: Fundação Oriente, s. d.). Para o Ceilão, cf. Zoltán Biedermann, «A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)» (dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa: FCSH-UNL, 2005). Para o Malabar, cf. José Manuel Correia, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)* (Lisboa: CNCDP-INCM, 1997). Para as praças do Norte, cf. André Teixeira, «Baçaim e o seu território. Administração e sociedade» (dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa: FCSH-UNL, 2010). Para as relações com o Império Mogol, cf. Jorge Flores, «Firangistão e Hindustão. O Estado da Índia e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)» (dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa: FCSH-UNL, 2004). Para o Golfo Pérsico, cf. Dejanirah Couto e Rui Loureiro, dirs., *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period* (Wiebaden: FCG, 2008).

<sup>23</sup> Cf. Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, *Voyage dans les Deltas du Ganges et de l'irraounady. Relation Portugaise Anonyme (1521)* (Paris: FCG, 1988).



manyam,<sup>24</sup> passando por novos incentivos de Thomaz,<sup>25</sup> em 1998, e de Ângela Barreto Xavier,<sup>26</sup> que a figura em apreço voltou a ser abordada. No quadro do projecto desenvolvido no CHAM, intitulado *A Nobreza e o Estado da Índia no Século XVI*,<sup>27</sup> foram elaboradas genealogias dos diversos vice-reis da Índia do século XVI, incluindo-se a de D. Luís.

Os trabalhos académicos que se seguiram, porém, sobretudo na vertente de estudo dos governadores e vice-reis do Estado da Índia do século XVI, como a dissertação de mestrado de Andreia Martins de Carvalho<sup>28</sup> sobre o governador Nuno da Cunha (1528-1529) e os seus capitães, e a de doutoramento de Alexandra Pelúcia<sup>29</sup> sobre o governador Martim Afonso de Sousa (1542-1545) e a sua linhagem, e a dissertação de mestrado do autor<sup>30</sup> sobre o governo do vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554) apenas cronologicamente se aproximaram dos períodos de governo de Ataíde.

Mais recentemente, o sucesso da tendência historiográfica das biografias, visível na publicação das biografias dos reis de Portugal<sup>31</sup> e de outras produzidas na sua sequência,<sup>32</sup> e nas quais se incluem ainda as biografias das rainhas de Portugal,<sup>33</sup> veio demonstrar a crescente vitalidade da História Social através da vertente biográfica. No que à área da História Social da Expansão respeita, julgamos que seria profícuo transpor tal tendência, não apenas para os construtores do Império no século XV e no início do século XVI, como alguns estudos anteriores já procuraram

---

<sup>24</sup> Cf. Kenneth Macpherson e Sanjay Subrahmanaym, dirs., «From Biography to History; Essays in the Social History of Portuguese Asia 1500-1800», *Mare Liberum*, n.º 5 (1993).

<sup>25</sup> A propósito da publicação de Thomaz, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor* (Lisboa, Difel, 1998).

<sup>26</sup> Cf. Ângela Barreto Xavier, «Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social», *Penélope*, n.º 22 (2000), 141-179.

<sup>27</sup> Coordenado por João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues.

<sup>28</sup> Cf. Andreia Martins de Carvalho, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1528-1539)* (dissertação de mestrado policopiada, Lisboa: FCSH-UNL, 2006).

<sup>29</sup> Cf. Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajectórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião* (Lisboa: CHAM, 2009).

<sup>30</sup> Cf. Nuno Vila-Santa, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: Perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, (Lisboa: CHAM, 2011).

<sup>31</sup> Publicadas pelo Círculo de Leitores.

<sup>32</sup> Para o século XVI, refiram-se a de D. Catarina de Áustria, de Ana Isabel Buescu, *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas. Rainha de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007) e mais recentemente a da Imperatriz D. Isabel, de Manuela Gonzaga, *Imperatriz Isabel de Portugal* (Lisboa: Bertrand Editora, 2012).

<sup>33</sup> Ainda em fase de publicação pelo Círculo de Leitores.

fazer,<sup>34</sup> mas também para cronologias mais avançadas, com enfoque nos principais agentes políticos e militares nomeados pela Coroa nos momentos de consolidação e de crise do Império.

É neste contexto historiográfico e procurando igualmente responder aos apelos de Manuel Marques Duarte, em 1984, e de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, em 1992, e mais recentemente de Sanjay Subrahmanyam, o qual chamou a atenção para a necessidade de prosseguir o aprofundamento de biografias de figuras destacadas da Expansão, dando como exemplo perfeito o caso de D. Luís de Ataíde,<sup>35</sup> que o presente livro pretende ainda aprofundar a linha de estudos que vem procurando focar a sua análise num caso de elite social: os vice-reis do Estado da Índia da segunda metade do século XVI, pouco abordados.<sup>36</sup> Tal impõe examinar em pormenor não só as dinâmicas de governo de cada vice-rei, mas também as suas trajectórias sociais numa perspectiva abrangente de reconstrução dos seus percursos. Nesta lógica, as metodologias seguidas pelos historiadores biógrafos interessam particularmente por nelas se traçar a ligação concreta das personagens em estudo com os principais acontecimentos do seu tempo.<sup>37</sup> Também neste aspecto concreto se procura filiar o presente trabalho, na medida em que se pretende debater uma época (os reinados de D. Sebastião e de D. Henrique) em diferentes geografias (O Reino e o Império, nas suas vertentes asiática e norte-africana), através do estudo de um dos protagonistas de peso dessa mesma cronologia.

Numa outra vertente, o interesse em dedicar um estudo à figura de Ataíde justifica-se por, numa abordagem preliminar, parecer existir um conjunto de singularidades no percurso do fidalgo. A primeira prende-

---

<sup>34</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, dir., *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia* (Lisboa: SHIP, 2000); João Paulo Oliveira e Costa, dir., *A nobreza e a expansão. Estudos Biográficos* (Cascais: Patrimonia, 2000).

<sup>35</sup> Cf. Sanjay Subrahmanyam, *Impérios em Concorrência. Histórias Conectadas nos Séculos XVI e XVII* (Lisboa, ICS, 2012), 233-234.

<sup>36</sup> Com excepção de D. Afonso de Noronha (1550-1554) (cf. nota 30) e D. Constantino de Bragança (1558-1561), já estudado por Aquilino Ribeiro, *Constantino de Bragança VII Vizo-Rei da Índia* (Venda Nova: Bertrand Editora, 1984) e, mais recentemente, por Alexandra Pelúcia em artigo entregue para publicação, no âmbito do livro do projecto, sediado no CHAM e dirigido por Jessica Halltset, intitulado *De Todas as Partes do Mundo. O Património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio*, e de D. Francisco da Gama (1597-1600; 1622-1628), estudado por Maria Margarida Oliveira Ferreira, «D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia, 1596-1600: subsídios biográficos: o seu governo e a sua época à luz da correspondência oficial» (dissertação de licenciatura policopiada, Coimbra: FLUC, 1971).

<sup>37</sup> Cf. Pierre Bourdieu, «L'illusion biographique», *Actes RSS*, n.ºs 62/63, 69-72; Roger Lockyer, «Writing Historical Biography», *History Today*, XXXIV (1984), 46-70; Robert I. Rotberg, «Biography and historiography: mutual evidentiary and interdisciplinary considerations», *Journal of Interdisciplinary History*, XL:3 (2010), 305-324.

-se com o facto de ao ser duas vezes indigitado vice-rei da Índia, em 1568 e em 1577, D. Luís ter sido o primeiro e único vice-rei da Índia do século XVI a ser nomeado duas vezes para o mesmo cargo de forma não consecutiva.<sup>38</sup> Outra particularidade diz respeito à recepção calorosa que recebeu por parte de D. Sebastião e de toda a corte, quando regressou, em 1572,<sup>39</sup> a qual não tem paralelo com a de qualquer outro governante da Índia de Quinhentos. Destaca-se também o facto de, em vida de Ataíde, ter sido escrita uma crónica a seu respeito com intuito encomiástico.<sup>40</sup> Em que medida estes aspectos constituem singularidades de percurso do fidalgo, nomeadamente quando comparados com as trajectórias de outros vice-reis da Índia ou de fulminantes carreiras de sucesso cortesão de Quinhentos?

Assim, o estudo da carreira de D. Luís permite entrecruzar três prismas fundamentais na abordagem da História do Reino e do Império durante os reinados de D. Sebastião e de D. Henrique: a Casa, o serviço régio e a corte, e a gestão do Império. Através da análise de cada um deles, ancorada primordialmente nas vertentes social, política e militar, espera-se contribuir para um conhecimento mais completo das dinâmicas do período em causa e o fornecimento de algumas respostas às questões colocadas inicialmente.

Desde logo, no que se refere à entidade Casa, o facto de a Casa de Atouguia ter perdido o título condal e o ter recuperado com D. Luís implica reter a atenção na sua história particular. Este tipo de exame poderá ajudar a complementar os estudos concretos sobre Casas de nobreza durante a dinastia de Avis, sobretudo nos reinados de D. Sebastião e de D. Henrique, nos quais são escassos. Também a problemática da concessão do marquesado de Santarém, em 1581, e a da sucessão na Casa de Atouguia, suscitada pelo falecimento de Ataíde, em 1581, sem descendentes directos, permitirá abordar mais um caso concreto da política nobiliárquica de D. Filipe I.

Na componente serviço régio e corte insere-se o estudo extensivo da carreira de D. Luís, iniciada no reinado de D. João III, o qual visa detalhar o conhecimento não só da trajectória do fidalgo, mas também a evolução das relações clientelares e de poder desenvolvidas nas cortes de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique. Este último aspecto encontra-se directa-

---

<sup>38</sup> Ao contrário do que sucedera com a renovação de mandatos pela Coroa a anteriores governadores: Afonso de Albuquerque (1509-1515) e Nuno da Cunha (1528-1538). O primeiro caso semelhante ao de Ataíde registou-se com D. Francisco da Gama (1597-1600; 1622-1628), nomeado numa primeira ocasião por D. Filipe I, em 1597, e posteriormente por D. Filipe III, em 1622.

<sup>39</sup> Abundantemente descrita pela cronística sebástica do século XVIII. Cf. nota 2.

<sup>40</sup> A de António Pinto Pereira.

mente relacionado com uma actual tendência historiográfica: a de estudar a corte, num conceito abrangente, dos sucessivos monarcas, neste particular o caso português.<sup>41</sup>

O exame da trajectória de D. Luís será necessário para percepção dos contextos de nomeação vice-real, em 1568 e 1577, bem como o do generalato em 1577. Tendo em conta que algumas fontes retratam o fidalgo como uma figura distinta no seu tempo,<sup>42</sup> igualmente relevante será apurar a pertinência desta imagem, a qual será debatida em função da análise da sua trajectória e da evolução da sua memória histórica.

Já na vertente gestão do Império insere-se o estudo aprofundado das duas comissões ultramarinas e da questão do generalato de Ataíde, visto que a partir de ambas se concretiza a oportunidade de examinar as dinâmicas imperiais nos reinados de D. Sebastião e de D. Henrique. Esta última área carece ainda, em nossa opinião, de aprofundamentos, seja na vertente do Atlântico-Brasil,<sup>43</sup> seja, mormente, na vertente do Índico-Es-

---

<sup>41</sup> Nesta área refira-se o contributo que se aguarda da dissertação de doutoramento de Andreia Martins de Carvalho, sob orientação de Harold Short e Francisco Bettencourt, e subordinada ao título «The high officials of the court of King John III (1521-1557). A prosopographical approach», bem como o do projecto sediado no CHAM, dirigido por Alexandra Pelúcia, intitulado *Na Privação d'El-Rei: Relações Interpessoais e Jogos de Facções em Torno de D. Manuel I*, o qual visa, entre outros aspectos, auxiliar a reverter na historiografia portuguesa aquele que foi um caso de sucesso na historiografia espanhola, designadamente no século XVI, o reinado de Carlos V, cf. José Martínez Millán, dir., *La Corte de Carlos V*, 5 vols. (Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, s.d.) e o de Filipe II, *La Corte de Felipe II* (Madrid: Alianza Editorial, 1999); Santiago Fernández Conti e José Martínez Millán, dirs., *La Monarquía de Felipe II: La Casa del Rey*, 2 vols. (Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2005). Julgamos que seria também relevante operar um estudo desta natureza sobre os reinados de D. Sebastião e de D. Henrique, apesar dos importantes e recentes contributos de Félix Labrador Arroyo na sua dissertação de doutoramento, *La Casa Real en Portugal (1580-1621)* (Madrid: Ediciones Polifemo, 2009). Nesta mesma área mas numa perspectiva cronológica mais alargada pode também ser inserido o relevante estudo de André Costa, «Os Secretários e o Estado do Rei: luta de corte e poder político. Séculos XVI-XVII» (dissertação de mestrado policopiada, Lisboa: FCSH-UNL, 2008).

<sup>42</sup> Ideia particularmente defendida por António Pinto Pereira, *História da Índia...* e Joseph Pereira de Macedo, *Vida del...*, sobretudo no encerramento da sua crónica sobre D. Luís, tendo sido, já no século XVIII, adoptada mais em particular por Diogo Barbosa Machado, *Memórias...* Sobre o tema v. o capítulo IV.

<sup>43</sup> Apesar de estruturante o estudo de Jorge Couto, *A construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início do Povoamento a Finais de Quinhentos* (Lisboa: Cosmos, 1997), permanece em falta uma análise detalhada sobre a evolução das dinâmicas imperiais no Brasil durante o reinado de D. Sebastião. A dissertação de doutoramento de Marisa Marques, sob orientação de João Paulo Oliveira Costa, relativa ao governador Mem de Sá (1558-1572), com o título «Mem de Sá, um percurso singular no império quinhentista português», trará novos contributos.

tado da Índia, onde os principais acontecimentos político-militares permanecem por interpretar de uma forma particular,<sup>44</sup> a despeito do importante trabalho de João Paulo Oliveira e Costa e de Vítor Rodrigues.<sup>45</sup> Caberá aqui salientar que a crise político-militar de 1565-1575 reavivou novamente a ideia da decadência inexorável do Estado da Índia, a qual já fora marcando presença em cronologias anteriores. Apesar de rebatida por Luís Filipe Thomaz<sup>46</sup> e por João Paulo Oliveira e Costa,<sup>47</sup> tal ideia não poderá ser definitivamente afastada sem uma revisitação, sobretudo para a década de 1570, das intenções e do impacto das políticas reformistas da Coroa para o Estado da Índia. Mesmo o investimento de D. Sebastião no Norte de África, apesar de muito debatido e polémico, carece, para os anos imediatamente anteriores a Alcácer-Quibir, de uma melhor contextualização.

Esta prende-se com o «acontecer político» nos anos finais do reinado de *o Desejado*, o qual, tendo sido abordado extensivamente por Queirós Veloso<sup>48</sup> e por Maria Augusta Lima Cruz,<sup>49</sup> ambos ancorados na fundamental documentação do Archivo General de Simancas, deve merecer ainda maior atenção. Da revisitação destas temáticas poderão derivar não apenas conhecimentos mais detalhados sobre o enquadramento político-militar do Estado da Índia e do Norte de África, como ainda da gestão do Império pela Coroa, no reinado de D. Sebastião. Serão igualmente expectáveis novas interpretações acerca das políticas do monarca e do seu tempo, tais como as ensaiadas por Antonio Villacorta Baños-García,<sup>50</sup> em 2006, e por Rafael Valladares,<sup>51</sup> em 2010.

Ainda na componente gestão do Império, o estudo sobre as suas dinâmicas no reinado de D. Henrique, propiciado pela análise do segundo governo de D. Luís de Ataíde, ausente da historiografia que tem abor-

---

<sup>44</sup> Além do estudo de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, *El Proyecto...*, o importante artigo de João Paulo Oliveira e Costa, «D. Sebastião, o homem para lá do mito», in *A Monarquia Portuguesa. Reis e Rainhas na História de um Povo*, direcção de João Aguiar e Bento de Moraes Sarmento (Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1999), 308-319 e os contributos de Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*.

<sup>45</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, *El proyecto...*

<sup>46</sup> Cf. Luís Filipe Thomaz, «A crise...», 508.

<sup>47</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, «D. Sebastião...», 319.

<sup>48</sup> Cf. José Maria de Queirós Veloso, *D. Sebastião...*, 205 e seguintes.

<sup>49</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, 235 e seguintes.

<sup>50</sup> As quais foram possíveis através do cruzamento dos dados históricos conhecidos com interpretações sobre o perfil psicológico de D. Sebastião (cf. Antonio Villacorta Baños-García, *D. Sebastião...*).

<sup>51</sup> Cf. Rafael Valladares, *A Conquista de Lisboa - Violência militar e comunidade política em Portugal. 1578-1583* (Lisboa: Texto Editores, 2010), 200.